



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
VEREADORES DE TACARATU**

*Casa Epaminondas Carvalho Costa*

Travessia Júlio Cavalcanti Lacerda, 01  
Centro - CEP: 56.480-000 | Tacaratu-PE

camdetacaratu@gmail.com  
www.tacaratu.pe.leg.br

87 99957-0129  
87 3843-1501

**INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 003/2025**

EMENTA: Dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições da Ouvidoria Legislativa da Câmara Municipal de Tacaratu-PE, e dá outras providências.

O **PRESIDENTE E A OUVIDORIA** DA CÂMARA MUNICIPAL DE TACARATU, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos;

CONSIDERANDO a importância de promover o controle social, a transparência pública, a ética e a eficiência administrativa no âmbito do Poder Legislativo Municipal;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), que estabelece regras para o tratamento de dados pessoais, inclusive nos órgãos públicos;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o funcionamento da Ouvidoria Legislativa, assegurando canal adequado para o recebimento, processamento e resposta das manifestações dos cidadãos;

RESOLVE:

**CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º A Ouvidoria Legislativa da Câmara Municipal de Tacaratu é o canal institucional de comunicação direta entre o cidadão e o Poder Legislativo, com a finalidade de receber, analisar e encaminhar manifestações relacionadas aos serviços prestados pela gestão municipal e às atividades da Câmara.

Art. 2º São princípios que regem a atuação da Ouvidoria Legislativa:

I – A legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

II – A transparência e o acesso à informação;

III – A promoção da cidadania e do controle social.

IV - A proteção dos dados pessoais e da privacidade;





**CÂMARA MUNICIPAL DE  
VEREADORES DE TACARATU**

*Casa Epaminondas Carvalho Costa*

Travessia Júlio Cavalcanti Lacerda, 01  
Centro - CEP: 56.480-000 | Tacaratu-PE

camdetacaratu@gmail.com  
www.tacaratu.pe.leg.br

87 99957-0129  
87 3843-1501

Art. 3º Para os fins desta Instrução Normativa, consideram-se manifestações:

- I – Reclamação: demonstração de insatisfação relativa à prestação de serviços ou à conduta de agentes públicos;
- II – Denúncia: comunicação de irregularidades, ilegalidades ou atos contrários ao interesse público;
- III – Elogio: manifestação de reconhecimento por serviços prestados ou por boa conduta de agentes públicos;
- IV – Sugestão: proposição de melhoria na gestão pública ou nos serviços legislativos;
- V – Solicitação: pedido de informação ou providência.

**CAPÍTULO II – DAS ATRIBUIÇÕES DA OUVIDORIA**

Art. 4º Compete à Ouvidoria Legislativa:

- I – Receber, registrar, instruir, analisar e encaminhar as manifestações apresentadas pelos cidadãos;
- II – Acompanhar o trâmite das manifestações e garantir retorno tempestivo aos demandantes;
- III – Propor medidas de aprimoramento da gestão e dos serviços legislativos;
- IV – Elaborar relatórios periódicos de atividades, contendo dados estatísticos e análises de melhoria institucional;
- V – Zelar pelo sigilo da informação e pela proteção dos dados pessoais, nos termos da Lei Federal nº 13.709.2018 – LGPD;
- VI – Atuar em cooperação com a Controladoria Interna, com o Encarregado pelo Tratamento de Dados, e com Responsável pelo Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC);
- VII – Divulgar canais e procedimentos de atendimento ao cidadão.

**CAPÍTULO III – DO ATENDIMENTO E DO TRÂMITE DAS MANIFESTAÇÕES**

Art. 5º As manifestações poderão ser apresentadas:

- I – Presencialmente, na sede da Câmara Municipal;





**CÂMARA MUNICIPAL DE  
VEREADORES DE TACARATU**

*Casa Epaminondas Carvalho Costa*

Travessia Júlio Cavalcanti Lacerda, 01  
Centro - CEP: 56.480-000 | Tacaratu-PE

camdetacaratu@gmail.com  
www.tacaratu.pe.leg.br

87 99957-0129  
87 3843-1501

II – Por meio eletrônico, através do sítio oficial da Câmara ou e-mail institucional da Ouvidoria;

III – Por correspondência física endereçada à Ouvidoria Legislativa.

Art. 6º O registro deverá conter:

I – Identificação do manifestante, salvo quando esse último opte por não se identificar, na hipótese de denúncia anônima, devidamente fundamentada;

II – Descrição clara dos fatos;

III – Indicação, sempre que possível, dos agentes ou setores envolvidos;

IV – Documentos comprobatórios, se houver.

Art. 7º O prazo para resposta ao cidadão será de até 30 (trinta) dias, prorrogável de forma justificada por igual período.

Art. 8º A Ouvidoria deverá assegurar a proteção dos dados pessoais e das informações sensíveis, adotando medidas técnicas e administrativas adequadas ao tratamento e ao armazenamento dos dados, conforme as diretrizes da LGPD, ouvido em todo caso, o setor técnico responsável.

#### **CAPÍTULO IV – DA ESTRUTURA E DAS COMPETÊNCIAS DO OUVIDOR**

Art. 9º A Ouvidoria Legislativa será dirigida por um Ouvidor, designado por ato da Mesa Diretora, com mandato de até 2 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 10. Compete ao Ouvidor:

I – Coordenar as atividades da Ouvidoria;

II – Garantir a regularidade do fluxo de informações entre os setores internos e o cidadão;

III – Promover campanhas de divulgação e de incentivo à participação popular;

IV – Assegurar o cumprimento dos prazos e das normas de sigilo;

V – Representar a Ouvidoria perante órgãos públicos e entidades de controle externo.

#### **CAPÍTULO V – DOS RELATÓRIOS E DA TRANSPARÊNCIA**

Art. 11. A Ouvidoria deverá elaborar relatório anual de gestão, contendo:

I – Número e tipologia das manifestações recebidas;





**CÂMARA MUNICIPAL DE  
VEREADORES DE TACARATU**

*Casa Epaminondas Carvalho Costa*

Travessia Júlio Cavalcanti Lacerda, 01  
Centro - CEP: 56.480-000 | Tacaratu-PE

camdetacaratu@gmail.com  
www.tacaratu.pe.leg.br

87 99957-0129  
87 3843-1501

II – Prazos médios de resposta;

III – Setores mais demandados;

IV – Sugestões de melhoria administrativa;

V – Medidas adotadas e resultados obtidos.

Art. 12. O relatório anual será publicado no Portal da Transparência da Câmara Municipal, observado o disposto na Lei de Acesso à Informação e na LGPD.

**CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora, ouvidos o Controlador Interno e o Órgão de Representação Jurídica ou quem o faça às vezes.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Tacaratu, 17 de Outubro de 2025.

REGINALDO SOUSA BENZOTA  
DE CARVALHO:10188334475

Assinado de forma digital por  
REGINALDO SOUSA BENZOTA DE  
CARVALHO:10188334475  
Dados: 2025.10.17 12:47:06 -03'00'

REGINALDO SOUSA BENZOTA DE CARVALHO  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

*Fernando Benigno da Silva Filho*  
FERNANDO BENIGNO DA SILVA FILHO  
OUVIDOR LEGISLATIVO

Publicado no quadro de aviso desta Câmara, de acordo com o Art. 88, da Lei Orgânica Municipal, em, 17/10/2025.